

HOSPITAIS III NO LIMITE

Restrição no HC impacta rede de Saúde

PS infantil e adulto priorizam os casos graves e orientam pacientes a procurar outras unidades

José Eduardo Mansur
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
jose.mansur@rac.com.br

O atendimento de urgência e emergência em Campinas continua operando no limite. Ontem, o serviço nos prontos-socorros infantil e adulto do Hospital de Clínicas da Unicamp (HC) passou a atender apenas aos casos mais graves, mesmo depois da normalização na assistência médica durante o fim de semana. Os pacientes considerados de baixa ou média complexidades estão sendo orientados a procurar outras unidades.

Secretário admite sobrecarga, mas nega desatendimento

A direção do hospital está investigando se houve omissão das equipes no episódio envolvendo a morte de uma mulher na última sexta-feira — a família diz que ela teve atendimento negado (leia texto nesta página). Por outro lado, o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism) ainda está sem vagas na UTI neonatal e permanece fechado para o recebimento de novos pacientes.

A lotação do setor adulto de pronto-atendimento do HC diminuiu, mas a unidade continua sobrecarregada. Ontem, no meio da tarde, 38 pacientes estavam internados — 10 leitos a mais que a capacidade técnica do setor. Na semana passada, a emergência do hospital chegou a acolher 71 macas, algumas foram distribuídas pelos corredores.

A situação do HC acaba trazendo impacto para a rede pública como um todo, já que parte dos pacientes estão tendo de procurar outras unidades. A percepção de que faltam leitos para os pequenos pacientes, e também para os adultos, se confirma ao se comparar o número total de vagas de internação em Campinas com o que sugere a Organização Mundial da Saúde (OMS). A cidade conta com 2,9 leitos — redes pública e privada — para cada mil habitantes. A OMS aponta que a taxa deve estar entre três e cinco.

Na manhã de ontem, o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti



Pacientes aguardam por consulta no Mário Gatti, ontem; HC voltou a restringir atendimento devido à sobrecarga na internação adulta

estava lotado. Na unidade, a gerente financeira Raquel Miranda perdia o dia de trabalho acompanhando o pai de 68 anos. “Ele está cuspidando e evacuando sangue. Demoramos uma hora para o primeiro atendimento e já estamos há três horas esperando os resultados dos exames”, desabafou, enquanto aguardava no lado de fora.

No banco ao lado, o sushiman Nailton Neves Costa também esperava. Quando ele caiu de moto na última quinta-feira não imaginava que teria que percorrer três unidades de saúde para que seu atendimento fosse completo. O acidente aconteceu no Jardim Nova Europa, na altura da Via Anhanguera, em Campinas. Após aguardar pela ambulância do Samu

por cerca de uma hora, o motociclista foi levado para o Centro de Saúde São José, a poucos minutos dali. “Lá não fizeram raio X, apenas medicaram a minha perna e me mandaram embora”, disse Nailton, apesar de ter avisado que estava com dores no braço esquerdo, mas sem maiores gravidades.

Como dois dias depois o sushiman apresentava dificuldades para movimentar o braço, procurou a UPA de Valinhos. Naquele sábado, o paciente ouviu da equipe médica que ele deveria ser tratado em Campinas, cidade onde reside. Ainda assim, pediu um raio X e foi atendido. Porém, apesar de ter o braço enfaixado, não recebeu nenhum diagnóstico. “Aí decidimos vir aqui. Chegamos há

uma hora e não preenchemos nem a ficha ainda”, conta Bruna Carla Budrinis, que ontem de manhã estava acompanhando o amigo no PS do Mário Gatti.

Os médicos do hospital municipal verificaram que Nailton não teve nada sério no braço. Ele foi medicado para dor e liberado depois de permanecer no setor de emergência por quatro horas e 30 minutos. “A questão da espera está na sobrecarga do sistema como um todo. Nós estamos fazendo o nosso máximo. O Mário Gatti é um hospital de portas abertas. Hoje, todo paciente que chega no Mário Gatti é atendido. São cerca de 500 médicos no total”, diz o secretário de Saúde de Campinas, Carmino Antônio de Souza.

Sobre a qualidade do atendimento na UPA, narrado pelo paciente Nailton, a assessoria de imprensa da prefeitura de Valinhos não respondeu o e-mail nem os telefonemas do **Correio Popular**.

Pediatria

Ontem, apesar da demora no pronto-socorro adulto, o movimento na ala pediátrica no Mário Gatti transcorria sem problemas; os pacientes não demoravam para passar pelos médicos. Já a emergência pediátrica no HC atendia aos casos mais graves. Entretanto, o Caism, também na Unicamp, mantinha a decisão de não receber novos pacientes. A UTI neonatal está fechada desde o último dia 22 em função de superlotação.

Recusa de paciente sob apuração

Exatamente por falta de leitos, a semana passada foi marcada pela suspensão temporária do atendimento nas emergências infantil e adulta do HC. Em virtude desse fechamento, a família da doméstica Marlene de Lourdes Nunes Spíndola, de 49 anos, acusa o HC de ter rejeitado assistência à paciente, que morreu na última sexta-feira, vítima de parada cardíaca. A doméstica chegou a ser levada ao Centro de Saúde Costa e Silva, mas não resistiu. A direção do HC diz que está apurando o caso e verificando os procedimentos realizados pelas equipes de recepção, mas reafirma que a paciente não passou pelo contêiner de triagem para realizar a classificação de risco, como alega o marido dela. De acordo com o hospital, não há registros de que uma mulher com dores no peito tenha sido recusada. (JEM/AAN)

Segundo o delegado regional do Cremesp, Marcelo Conrado dos Reis, o problema se agrava porque o recém-nascido pode ficar cerca de três meses ocupando uma vaga. “O leito neonatal acaba tendo um uso prolongado, principalmente quando o parto é prematuro. A gravidez na adolescência e o pré-natal mal feito estão entre as maiores causas”, diz o pediatra, ressaltando que o Brasil registra o nascimento de 39 prematuros por hora, 12% sobre o total de recém-nascidos no País.

Na contramão dos índices de prematuridade, o Brasil perdeu 10.100 leitos infantis na rede pública entre 2010 e 2016, de acordo com o levantamento da Sociedade Brasileira de Pediatria. Somente no Estado de São Paulo, 1109 vagas foram desativadas.

HES recebe R\$ 2,5 milhões de acordo do Caso Shell

Valor, parte das indenizações coletivas sobre área contaminada, será utilizado em equipamentos de neurocirurgia

O Hospital Estadual de Sumaré (HES) foi contemplado com R\$ 2,5 milhões em equipamentos de neurocirurgia. O recurso é parte do acordo de indenizações coletivas do caso Shell-Basf. A quantia foi entregue para a unidade médica ontem pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região em conjunto com o Ministério Público do Trabalho (MPT), em Campinas.

O projeto foi encaminhado pela coordenação da equipe de neurologia do hospital e aprovado pelo MPT, que atuou na ação civil pública em 2007, após apontar negligência das duas empresas na proteção de centenas de trabalhadores de uma fábrica de agrotóxicos em Paulínia entre a década de 70 e o ano de 2002. Ao todo, 1.058 funcionários foram afetados por substâncias tóxicas e o acordo garantiu atendimento médico vitalício para as vítimas.

Para a instituição, que atende unicamente pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), o montante possibilitará a compra de equipamen-



Superintendente do HES, Luis Roberto Lopes (1º à direita) ao lado de Fernando Silva Borges (TRT), no evento

tos como microscópio, sistema de neuroendoscopia e endoscopia de base de crânio, craniótomo, cabeceira, caixas de microcirurgia, aspira-

tor ultrassônico, neuronavegador, estereotaxia, cadeira cirúrgica e mesa cirúrgica.

O coordenador da neurocirurgia do hospital e responsá-

vel pelo projeto divulgado pelo MPT, João Flávio Zullo, explicou que atualmente os equipamentos utilizados na neurocirurgia são alugados e

nem sempre estavam disponíveis em caso de urgências. Em média, o hospital de Sumaré faz 30 cirurgias por mês na área de neurologia como traumas, tumores, aneurisma, entre outras. “Em primeiro lugar vamos ter ganho técnico com equipamentos de ponta, além da agilidade no atendimento. Em segundo, o hospital terá uma economia e esses gastos poderão ser utilizados em outras situações”, afirmou. Zullo, informou ainda que a aquisição dos equipamentos começará esta semana pelo MPT e serão instalados em breve.

Para o procurador do Ministério Público Ronaldo Lira, a destinação possibilitará a criação de um centro de referência regional em neurocirurgia, beneficiando a população de Sumaré e toda a Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Segundo ele, são 12 fornecedores que entregarão os equipamentos. “Os trabalhadores vitimados pelas empresas em Paulínia tiveram que recorrer ao SUS por muitos

anos. Temos um hospital de referência e com mão de obra e gestão de qualidade em que não pode faltar equipamentos. Então, essa reversão é coerente.”

O presidente do TRT da 15ª Região, desembargador Fernando da Silva Borges, destacou que o caso Shell/Basf demonstra a importância da atuação conjunta das instituições. “Atitudes como essa representam uma correção pela lei que pode beneficiar a todos”, disse.

O MPT já destinou também R\$ 70 milhões para projetos do Hospital de Câncer de Barretos, incluindo a construção de um Centro de Pesquisas Moleculares, do Centro de Prevenção do Câncer, em Campinas, e cinco carretas de prevenção e educação. Outros R\$ 50 milhões foram para projetos de entidades como o Centro Infantil Boldrini, a Fundacentro, a Universidade Federal da Bahia e a Fraternidade São Francisco de Assis na construção de um barco-hospital na bacia amazônica. (Shana Pereira/AAN)